

Roberto Homem

SENADO E BRASÍLIA: CONSTRUINDO A HISTÓRIA

As galerias estão totalmente tomadas por convidados e pelo povo. Sobram euforia, admiração e deslumbramento. O ar-condicionado não consegue refrigerar o ambiente lotado. A iluminação também é insuficiente e algumas lâmpadas estão apagadas. Mas quem está no Plenário - uma miniatura do seu semelhante na Assembleia Geral das Nações Unidas - não se incomoda. Sabe que é testemunha da história que está sendo escrita nesse instante em que o Poder Legislativo brasileiro troca de Casa: deixa o Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, para ocupar o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

Enfim, chega o momento aguardado com tanta ansiedade. São 11 horas e 30 minutos do dia 21 de abril de 1960. O presidente do Senado e Vice-Presidente da República, **João Belchior Marques Goulart**, abre a sessão e designa uma comissão de parlamentares para conduzir o Presidente **Juscelino Kubitschek** de Oliveira até a Mesa, onde ele espera ao lado do presidente da Câmara, Paschoal **Ranieri Mazzilli**, de autoridades eclesásticas e de representantes do Judiciário, além de parlamentares. JK toma seu lugar ao lado direito de Jango, saboreando uma calorosa salva de palmas. Ele é saudado de pé pela estrondosa maioria dos que estão no Plenário e nas galerias. Os oposicionistas permanecem em silêncio.

- É com emoção que declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional em Brasília, a nova Capital da República - é de João Goulart, a frase.

Para o Brasil assistir a esse dia de festa - que completa 50 anos agora em 2010 - a história foi longa. Ela remonta a 1826, quando o Senado foi criado. Os anais da Casa abrigam, desde 1831, pronunciamentos de senadores defendendo a necessidade de o Poder Legislativo ter uma sede à altura de sua importância. Mas foi somente em 1955, pouco antes de JK comprometer-se com a construção de Brasília, que o desejo ansiado durante tanto tempo ganhou fôlego. Um concurso público para escolher a nova sede do Senado Federal foi realizado naquele ano e 17 projetos foram inscritos. O presidente da República ainda era o potiguar João Fernandes Campos **Café Filho**.

Senadores, arquitetos e engenheiros integraram a comissão julgadora que escolheu a proposta dos arquitetos **Sérgio Wladimir Bernardes** e Rolf Werner Hüther, elaborada com a colaboração do também arquiteto Nicolai Fikoff e dos engenheiros Paulo Fragoso e Gino Usiglio. Um edifício de 110 metros de altura, com 24 andares e estrutura toda metálica: esse foi o Senado idealizado por Bernardes e Hüther. A forma exterior do prédio, segundo os autores, espelharia a distribuição racional das diversas dependências que abrigariam os serviços da Casa. Dessa forma, a Presidência ficaria no topo do edifício. O Plenário não receberia luz, ruído ou ar, vindos do exterior. As galerias seriam isoladas por vidros à prova de balas. O prédio seria construído na área da Praça Paris, no centro do Rio de Janeiro.

Mas, 1955 era ano de eleição presidencial. E o então governador de Minas Gerais e candidato, Juscelino Kubitschek, marcou seu comício de abertura para Jataí, município localizado no sudoeste de Goiás. Durante esse primeiro discurso, o vendedor de seguros que estava se preparando para ser tabelião em Goiânia, Antônio Soares Neto, o Toniquinho, perguntou a JK se ele cumpriria a Constituição e transferiria a Capital do Brasil para o Planalto Central. Em cima da carroceria de um caminhão, de onde se dirigia ao povo jataiense, Juscelino disse que “com as graças e a benção de Deus” cumpriria a Constituição. A Constituição Federal de 1946 estipulava no artigo 4º de suas disposições transitórias: “a Capital da União será transferida para o Planalto Central do País”. A partir daquele compromisso assumido, Juscelino ganhou um mote para a sua campanha: a construção de Brasília.

Com Juscelino eleito e empossado no cargo de Presidente da República, o Diário Oficial da União do dia 30 de setembro de 1956 publicou o edital do “Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil”. Os principais nomes da arquitetura e do urbanismo brasileiros se inscreveram. A proposta de **Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa** foi escolhida. Ele desenhou Brasília com o formato de um avião. **Oscar** Ribeiro de Almeida de **Niemeyer** Soares Filho, então diretor do departamento

de urbanismo e arquitetura da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), foi escolhido pelo próprio Juscelino para projetar os principais prédios de Brasília. Foi a partir do traço de Niemeyer que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal passaram a funcionar juntos. Até então, as duas Casas do Legislativo ocupavam prédios separados e distantes.

Niemeyer propôs que a Câmara e o Senado dividissem o Palácio do Congresso Nacional, mas preservando a autonomia de cada uma das Casas. O projeto original previu o compartilhamento, por exemplo, de áreas como a tipografia, a garagem, o almoxarifado, o serviço médico, as salas de estar e a biblioteca. Em 1957, o arquiteto carioca explicou que o prédio abrigaria três partes distintas: plenários, blocos administrativos e televisão. Os plenários seriam construídos em um bloco com três pavimentos de 200 por 80 metros. Eles seriam diretamente ligados ao público e à imprensa, ao bar e café, às salas de audiência, estar e recepção, à presidência, à vice-presidência, às salas de líderes e, no andar inferior, às comissões e aos auditórios.



Oscar Niemeyer e Lucio Costa

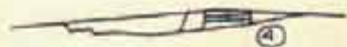
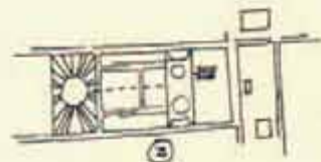
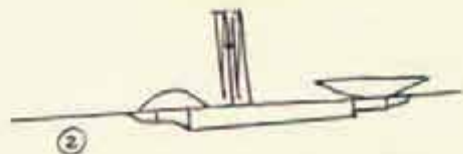
Explicação resumida:

A arquitetura segue o urbanismo nos seus volumes e espaços livres. No caso do novo planário com maiores níveis esse princípio deve ser atendido, deixando desde a plataforma rodoviária a vista livre para o Palácio do Congresso.⁽¹⁾

Dai a solução que adotamos - a única possível - com o novo planário rebaixado - o teto no nível do piso monumental⁽²⁾ e a perspectiva do Congresso preservada como comum. A solução adotada é simples e funcional ligando o planário - por tapete isolante ao concreto⁽³⁾ ao estacionamento projetado⁽⁴⁾ com as entradas de congressistas e públicos devidamente independentes⁽⁵⁾.

O nível do planário será rebaixado mas não enterrado como se poderia supor⁽⁶⁾. O terreno é que desce, criando à sua volta os espaços livres desejados⁽⁷⁾.

3 no fachada do planário serão as realidades e sua cobertura; uma série de vigas radiais após muitos



Em dois blocos separados de 25 pavimentos ficariam os serviços administrativos, a biblioteca, o restaurante e 600 escritórios para os congressistas. Anexo ao conjunto, foi previsto um salão de televisão onde cinco mil pessoas poderiam diariamente, sem formalidades, assistir às sessões. A capacidade dos plenários seria para 1000 pessoas, mais 200 jornalistas e 200 convidados, além de lugares para 700 deputados e 100 senadores. O objetivo de reunir as duas Casas do Congresso em um só edifício era o de aproximar deputados e senadores e, sobretudo, proporcionar uma significativa economia aos cofres públicos. Apesar dessa preocupação, o Palácio do Congresso Nacional foi a obra mais cara de Brasília, segundo a publicação *Brasília em 300 Questões* (2001). Teria custado 2,1 bilhões de cruzeiros, a moeda em vigor no ano de 1960.

Em dezembro de 1957, Oscar Niemeyer apresentou ao Presidente Juscelino a maquete da Praça dos Três Poderes. A terraplanagem da área, que implicou em um movimento de 700 mil metros cúbicos de terra, já havia sido concluída em outubro. O estaqueamento do Congresso começou no dia 04 de janeiro de 1958. Seriam necessárias 315 estacas de concreto e 62 tubulões. Para a estrutura calculava-se o consumo de 15 mil metros cúbicos de concreto armado e 2.700 toneladas de ferro. No início das obras da estrutura, o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, visitava Brasília. Ele foi convidado por JK para lançarem juntos a pedra fundamental. Em março daquele ano, trabalharam na construção cerca de 200 operários. A Companhia Construtora Nacional - antiga Wayss & Freitag, alemã que encampou a Companhia Construtora em Cimento Armado - foi a responsável pela execução da obra.

Apagões

Em determinados períodos da construção de Brasília, a energia elétrica foi insuficiente para suportar o ritmo de trabalho, que era ininterrupto: abrangia as 24 horas do dia. Em virtude dessa carência, diversos caminhões foram alugados para, com seus faróis, iluminar os canteiros de obra à noite. O trabalho varava a madrugada. Em muitas ocasiões, antes do amanhecer, como se surgisse do nada, enquanto os martelos reverberavam a trilha sonora da cidade que estava sendo gestada, lá ao longe se ouvia uma voz cantando: “olê mulhé rendeira / olê mulhé rendá / tu me ensina a fazer renda / eu te ensino a namorá”. Em poucos instantes, um coral espontâneo de trabalhadores se formava e aquela música não apenas mexia com o sentimento de todos, como também provocava uma dosagem extra de energia. O próprio JK, com suas visitas de surpresa, também levantava a moral do grupo. Usando palavras de incentivo, dividindo o sonho da nova Capital com aquelas pessoas e as tratando pelo nome próprio, ele conseguia extrair ainda mais esforço e dedicação.

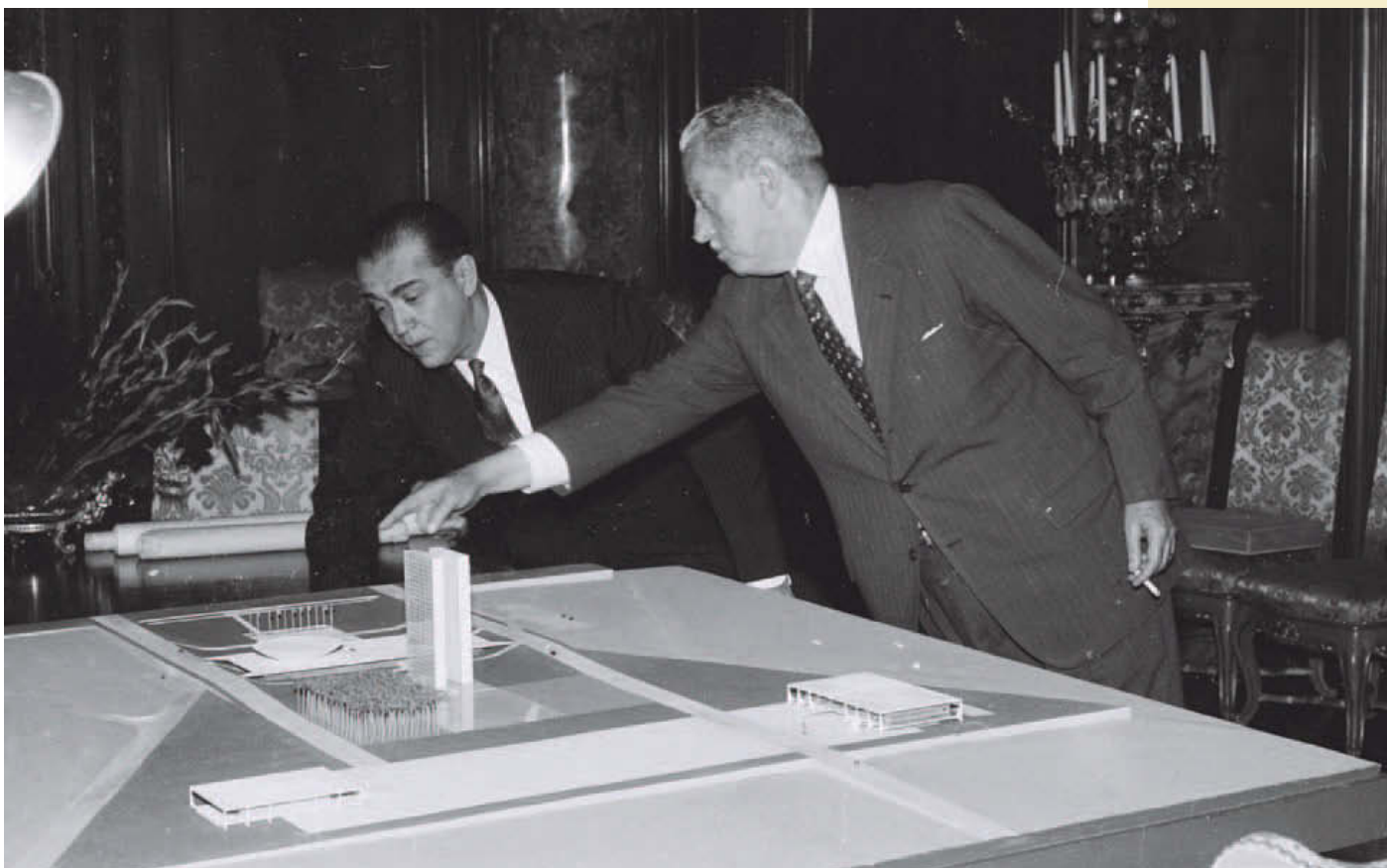
Brasília foi moldada, também, ao som de marchas e músicas alegres que ecoavam dos aparelhos de rádio dos operários. As serestas tinham seu espaço na preferência dos candangos. Essa trilha sonora acompanhou a construção do Palácio do Congresso Nacional desde o dia em que ele começou a ser erguido: 16 de março de 1958. Nessa data, parte do material básico para a estrutura já estava estocado na obra. Conforme a jornalista Yvonne R. de Miranda revelou em *Memórias de uma repórter de política* (1996), uma empresa dos Estados Unidos contratada para analisar e executar a construção dos anexos da Câmara e do Senado concluiu que, devido à altura dos prédios, teriam que ser utilizadas máquinas apropriadas para o empreendimento. E como as estradas para chegar até o local da obra não suportariam o peso de tais máquinas, a multinacional desistiu da obra. Então, Juscelino reuniu engenheiros, arquitetos e empreiteiros brasileiros e estes se responsabilizaram por fazer o trabalho recusado pelos americanos. E assim foi feito. A areia utilizada teve como origem o próprio Distrito Federal e o rio Corumbá. A pedra foi retirada de pedreiras localizadas a 15 quilômetros do canteiro de obras. Sem os arremates finais, os mais de 30 mil metros quadrados de construção foram concluídos em dezembro de 1959. Mais do que a nova Capital de um país, a construção de Brasília representou um gesto de auto-afirmação de um povo. Foi uma prova de capacidade e motivo de orgulho erguer essa cidade monumental em tão pouco tempo.

Mas nem tudo na história da construção de Brasília é motivo para comemoração. Um exemplo: os opositores ao governo JK denunciaram que, para a nova Capital ser construída, foi necessário o sacrifício até da própria vida de vários nordestinos. Eles trabalhavam sem as mínimas condições de segurança. Um dos locais mais perigosos para um operário desempenhar suas funções era o Palácio do Congresso Nacional, sobretudo as duas torres anexas. As vozes contrárias à nova Capital Federal também agouraram que esses dois prédios poderiam não ser tão seguros e não deram um tostão pelo seu futuro. Por outro lado, os construtores atestaram a confiabilidade da obra e estimaram que o volume de acidentes e o número de óbitos foram condizentes com a quantidade de trabalho. Os próprios peões, apesar dos acidentes, não se opuseram a extrapolar sua jornada de trabalho em troca da possibilidade de até dobrar o salário ao final do mês. Em *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos* (2006), o carpinteiro paraibano José Cosme Pereira contou ao autor do livro, Edson Béu, que a maioria dos acidentes ocorreu na hora da concretagem.

— A correria era maior porque o cimento não podia passar do ponto. A empreiteira chamava todos os quebra-galhos, gente que nem sabia usar um martelo. Quando o bico da laje quebrava, saía derrubando operário de andar em andar até chegar lá embaixo. Mais do que depressa,



Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lucio Costa mostram a Juscelino Kubitschek o projeto de arquitetura da Praça dos Três Poderes.



Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro examinam a maquete da Praça dos Três Poderes.





o encarregado, sujeito responsável pela obra, jogava um pedaço de lona em cima para ninguém identificar o corpo. E a mulher, coitada, ficava lá no Norte, junto com os filhos, pensando que tinha sido abandonada pelo marido... – descreveu José Cosme.

O fato é que os anexos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal - conhecidos como “vinte e oito”, devido ao número de andares – eram temidos pelos trabalhadores. Por falta de registros oficiais, é impossível saber a quantidade de operários que caiu durante a construção das duas torres. O governo não tinha interesse em divulgar tal dado, da mesma forma que o assunto não era do agrado das empreiteiras. Um dos entrevistados por Edson Bêu para o livro *Expresso Brasília* testemunhou que entre os testes utilizados na hora da contratação dos operários que iriam trabalhar no “vinte e oito” havia o de fazer o candidato andar em cima de uma viga de cerca de 15 centímetros de largura, a dez metros do solo. Se ele conseguisse se equilibrar, ficava com o emprego.

Gustavo Sergio Lins Ribeiro também ouviu várias pessoas que trabalharam na construção dos anexos do Congresso Nacional. Ele publicou os depoimentos no livro *O capital da esperança* (2008). Operários entrevistados garantiram que vários colegas morreram na construção, devido, principalmente, à inexperiência com o trabalho em grandes alturas. Também reclamaram da falta de segurança adequada. Alguns relataram que quando os corpos caíam do “vinte e oito” eram imediatamente cobertos com lonas e retirados apressadamente do local para não criar um ambiente de comoção entre os colegas de trabalho.

Certa ocasião, a prancha elevatória que transportava material no “vinte e oito” despencou do 25º andar. Todos os 12 operários que estavam sendo transportados naquele instante ficaram feridos. Alguns deles em estado grave. Quem noticiou o fato foi o *Diário Carioca de Brasília* na sua edição de 23 de setembro de 1959. O mesmo jornal já havia anunciado uma semana antes que incêndio de pequenas proporções atingira o 15º andar quando operários deixaram ligadas algumas chaves de corrente elétrica de alta tensão. Os bombeiros debelaram o fogo prontamente, mas houve grande correria. Um operário teve ferimentos simples. No dia 07 de novembro do mesmo ano, o jornal também noticiou que a casa de máquinas do Congresso e a garagem, com 20 metros de largura, ficaram alagadas. A casa de máquinas - onde estavam os motores que impulsionariam os elevadores do Congresso, alguns já em funcionamento experimental - foi completamente danificada. Os prejuízos foram orçados em 10 milhões de cruzeiros.

Alguns imprevistos contribuíram para o atraso na conclusão da construção dos anexos do Congresso. Teria até havido sabotagem. A suspeita foi levantada pelo *Diário Carioca de Brasília*, que alertou para a possibilidade de os

constantemente cortes de energia elétrica nas obras do Congresso Nacional, que provocaram o atraso da obra, não serem acidentais. Já o jornal *Última Hora* noticiou, no dia 28 de abril de 1960, que o atraso na obra do anexo do Senado foi motivado pela morte de um dos técnicos da firma encarregada da montagem dos elevadores. O jornal contou que, devido à pressão na instalação dos restaurantes do 15º andar, optou-se por dobrar a velocidade dos elevadores. Em uma das experiências para a viabilização da alteração, o elevador despencou e esmagou o chefe do serviço. O acidente teria sido encoberto o máximo possível. Os poucos trabalhadores que tomaram conhecimento ficaram abalados emocionalmente e ameaçaram paralisar os serviços. Eles já vinham pensando em jornadas desgastantes.

Informações desse gênero Juscelino Kubitschek não publicou em seu livro autobiográfico *Por que construí Brasília*. Segundo o ex-Presidente brasileiro, a construção da Capital Federal bateu recordes como o trabalho ininterrupto durante as 24 horas do dia, mas não foi a campeã no quesito acidentes de trabalho. Ele assegurou que teriam ocorrido 944 casos simples e apenas um fatal. Em *Brasília: o enigma da esfinge, a construção e os bastidores do poder* (1996), Luís Carlos Lopes calculou que 9% dos 44 falecimentos ocorridos em Brasília no ano de 1957 foram motivados por acidentes. Em 1958, o percentual de acidentes foi de 15% das 247 mortes registradas. No ano seguinte, 1959, foram 726 falecimentos, dos quais 13% em virtude de acidentes. Em 1960, ocorreram 57 óbitos, 16% deles motivados por acidentes. Tais informações se chocam frontalmente com os números de JK.

Pacheco Fernandes

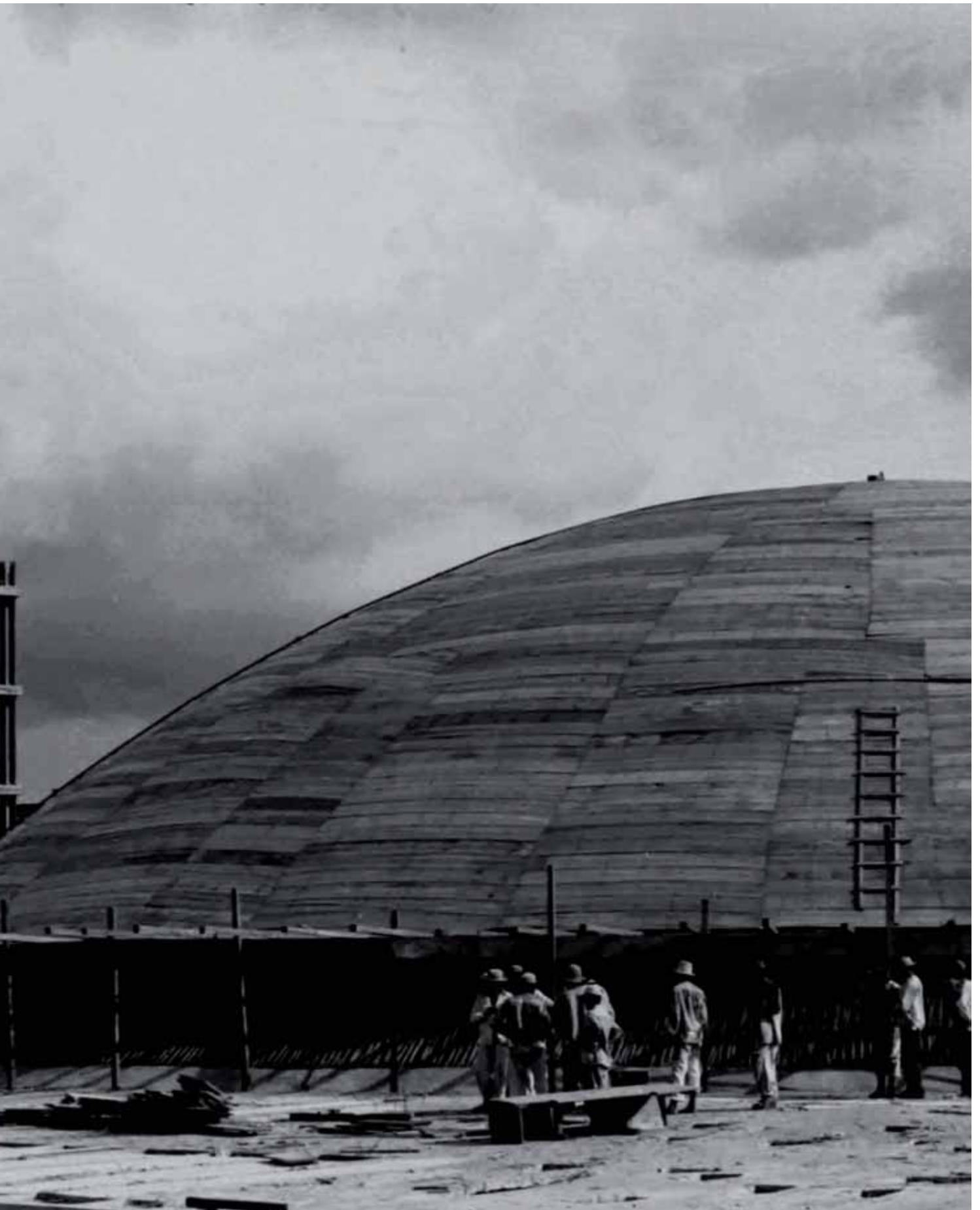
Outro episódio controverso ocorrido durante a construção de Brasília foi o caso conhecido como “o massacre da Pacheco Fernandes”. Não consta no livro de JK, mas no sábado de Carnaval de 1959, dia 07 de fevereiro, a Guarda Especial de Brasília (GEB) foi chamada ao alojamento da construtora Pacheco Fernandes para debelar uma suposta revolta dos trabalhadores. O motivo do protesto teria sido comida estragada servida aos operários. Após o confronto entre policiais e trabalhadores, o saldo foi de um morto e alguns feridos. Esta é a versão oficial. São várias as outras teses. Uma delas dá conta de que quando a GEB chegou ao alojamento, os ânimos haviam serenado e tudo estava calmo. A guarda teria interpretado aquele silêncio como uma emboscada. O acampamento era de tábuas. Quando GEB abriu fogo, as balas vararam as paredes de madeira. Dezenas teriam morrido. O jornalista Jorge Frederico de Almeida Santos possui gravações de supostas testemunhas oculares confirmando que houve uma chacina.

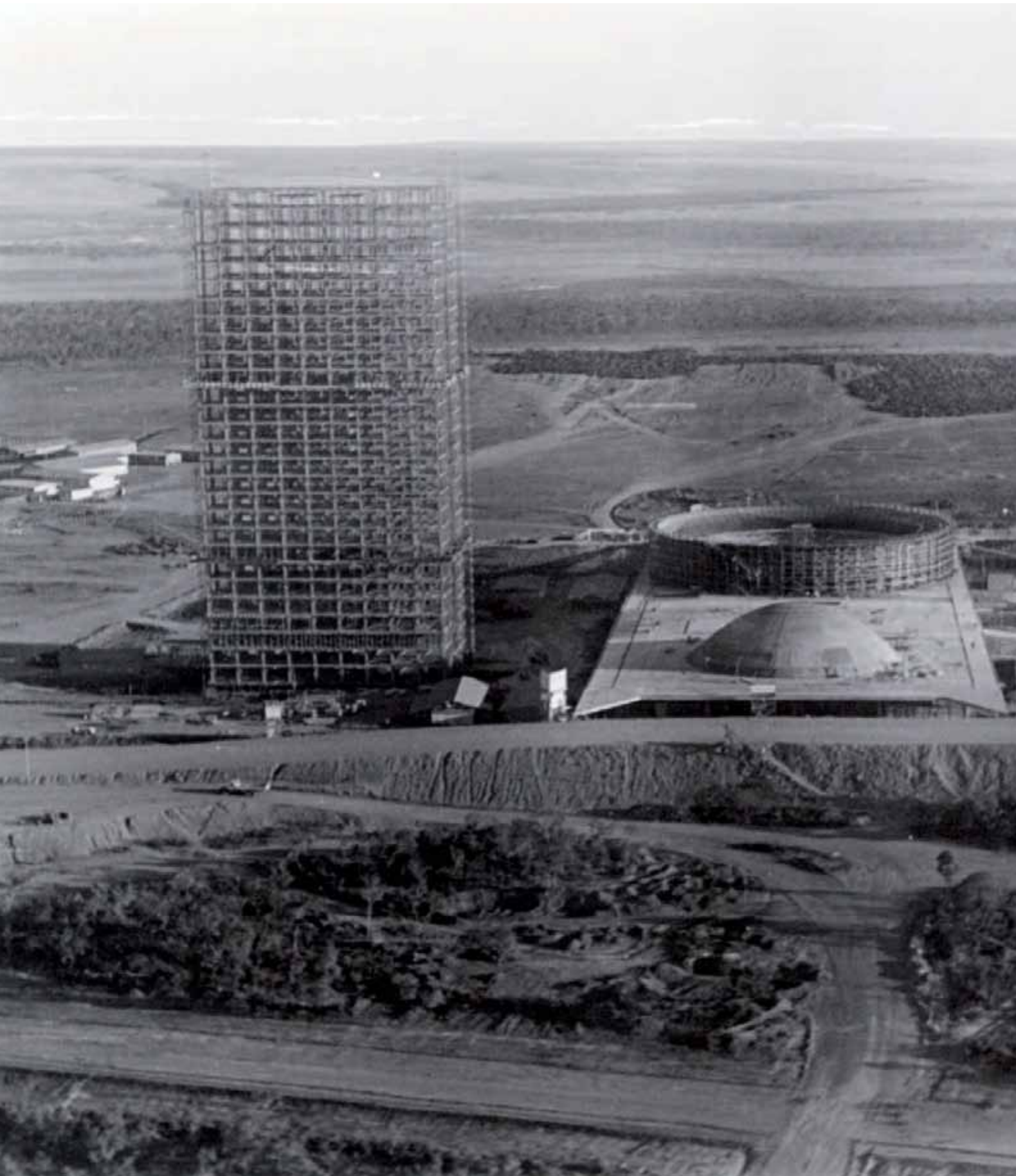
Com muitas mortes e acidentes ou sem tantas mortes e acidentes assim, o fato é que em pouco mais de



Construção do edifício do Congresso Nacional (31 de maio de 1958)







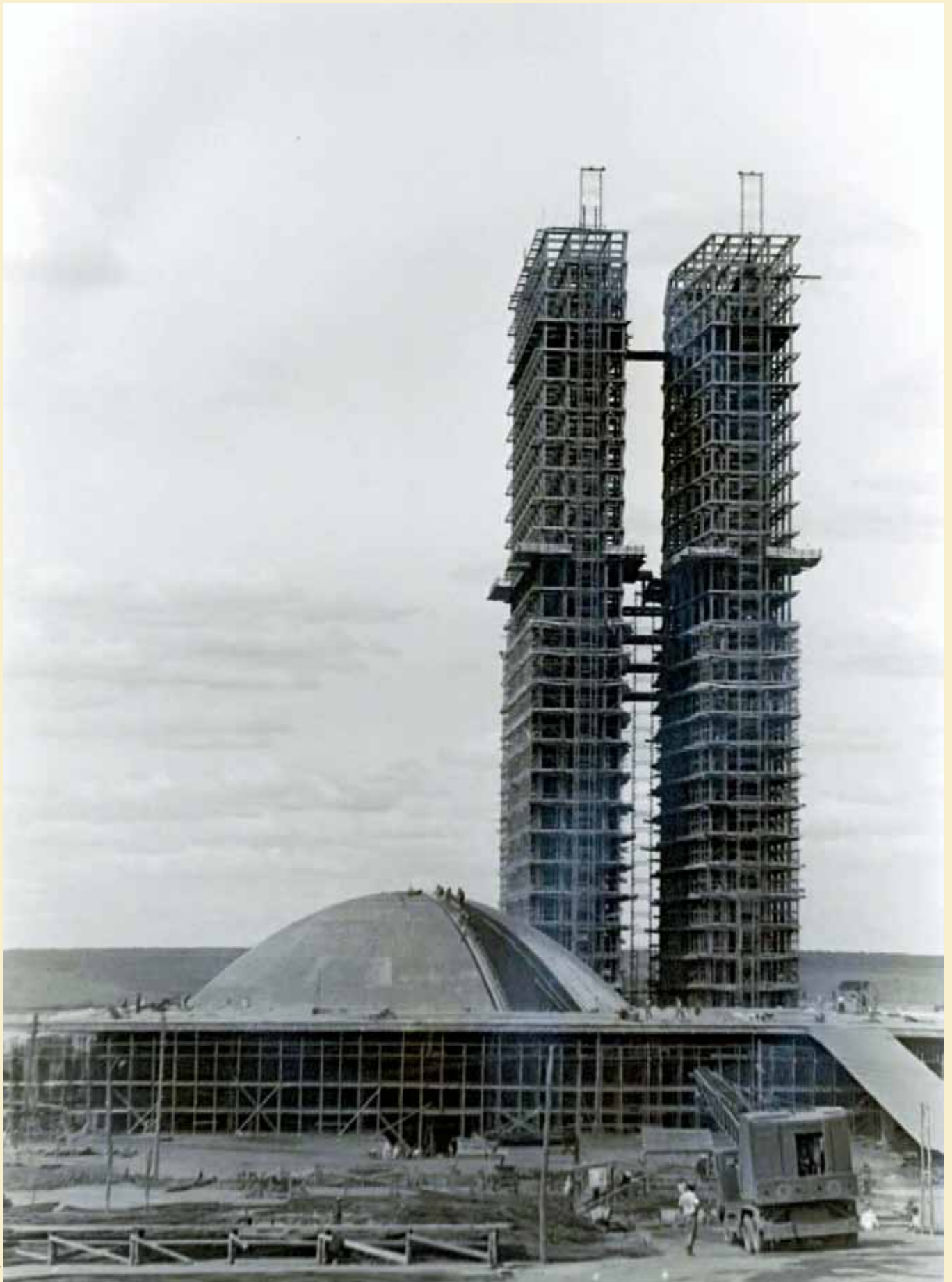


40 meses a nova Capital brasileira foi construída no meio do nada. Para que a empreitada fosse bem sucedida, os trabalhadores se revezaram em três turnos diários de oito horas cada. O fato de os moldes de madeira recheados de cimento terem cedido lugar às estruturas metálicas posteriormente revestidas de concreto, também fez com que a Capital Federal pudesse ser erguida com maior velocidade. Brasília foi a primeira cidade do País a contar com estruturas metálicas na maior parte de suas construções. No dia 13 de fevereiro de 1960, foi anunciada a conclusão do revestimento da cúpula do edifício do Senado. A área daquela cúpula é de 1.500 metros quadrados. A cúpula da Câmara dos Deputados mede quatro vezes mais: 6 mil metros quadrados.

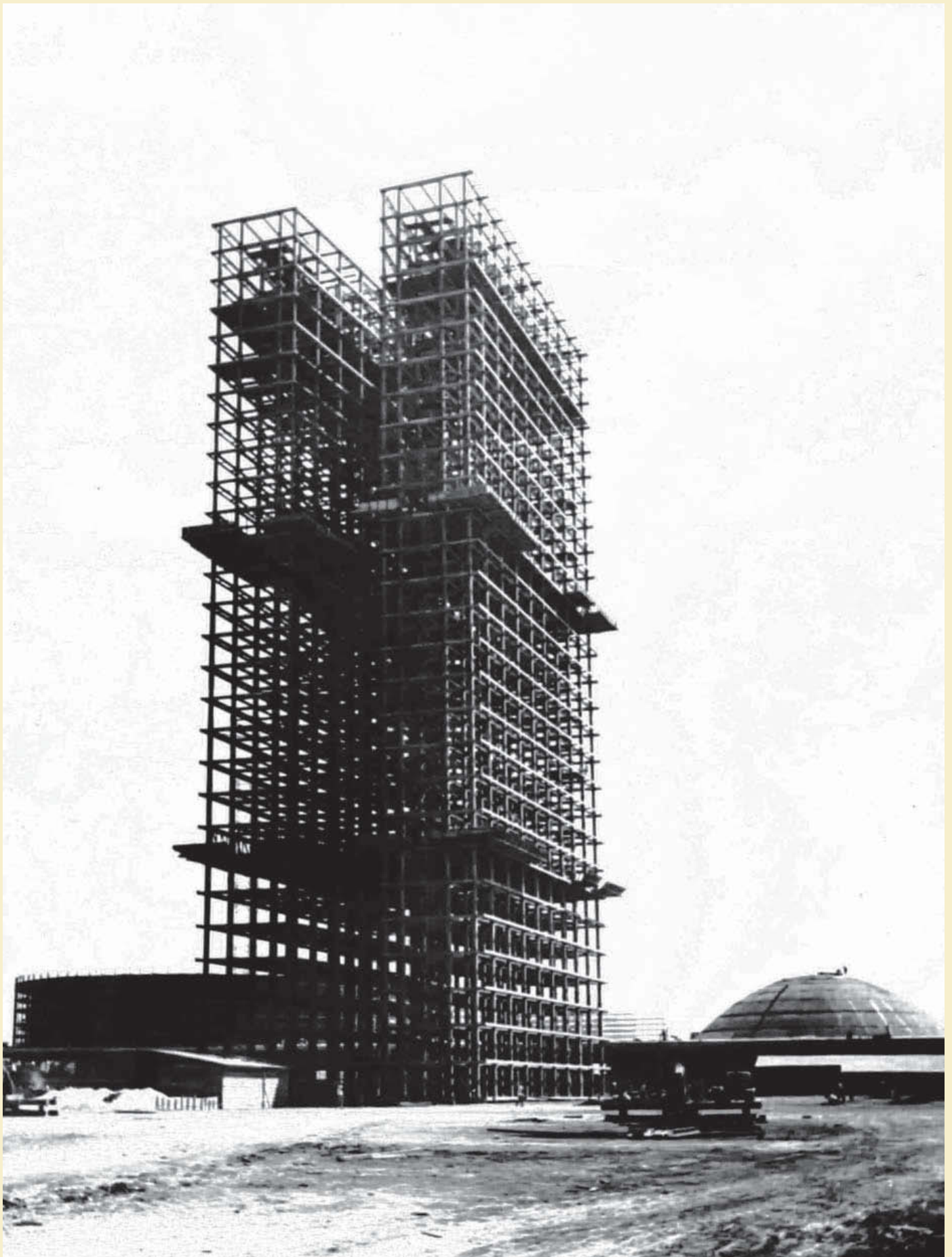
O Palácio do Congresso Nacional se completa com dois anexos: um para o Senado Federal e o outro para a Câmara dos Deputados, cada qual com 28 pavimentos. São os mais altos prédios previstos para Brasília, totalizando 29 mil metros quadrados. Eles foram construídos a partir de estruturas metálicas importadas dos Estados Unidos. No mesmo pacote, vinculado a empréstimos de US\$ 10 milhões, também foram adquiridas as estruturas metálicas dos 11 ministérios. Parte da oposição protestou contra o prédio projetado por Oscar Niemeyer. O deputado da UDN (União Democrática Nacional), Oscar Dias Corrêa, até apresentou projeto de lei autorizando o Poder Executivo a doar o Palácio do Congresso para a Prefeitura do Distrito Federal e abrir crédito especial para construir outra sede. Sua justificativa era que o edifício recém-inaugurado não era funcional. A proposição do deputado sequer foi encaminhada pela Mesa a qualquer comissão.

Até porque, o projeto de Niemeyer havia sido enviado previamente para exame e sugestões dos deputados e senadores. A princípio, nenhum parlamentar ofereceu qualquer contribuição ou reparo. No dia 25 de julho de 1957, inclusive, o próprio presidente Juscelino reuniu membros da Câmara e do Senado no Palácio das Laranjeiras. Na ocasião, ele apresentou a maquete do edifício do Palácio do Congresso Nacional. Oscar Niemeyer estava presente. Entre os senadores estavam Apolônio Jorge de Farias Salles, Filinto Müller, Antovilla Rodrigues Mourão Vieira, João de Lima Teixeira e Antonio de Freitas Cavalcanti. Também estiveram por lá os deputados Ulysses Guimarães, França Campos, Nicanor Silva, Miguel Eleusio, Marco Polo e Wilson Fadul.

Em 1958, foi criada uma comissão para estudar o projeto da nova sede do Senado em Brasília. O objetivo era “tomar conhecimento dos planos e projetos do imóvel que está sendo construído em Brasília, verificar se atendem às necessidades e conveniências do Senado, apresentar sugestões, se for o caso, e acompanhar a construção”. Os membros da comissão alegaram que, quando conheceram



Arquivo Público do Distrito Federal



o projeto, a construção do Plenário já se encontrava em adiantada fase de execução e que somente era possível modificar as divisões internas do anexo I e as dependências do prédio principal, o mesmo do Plenário, destinado aos serviços auxiliares.

- Pena é que edifício tão belo e majestoso, principalmente do ponto de vista da arquitetura escultural, não tenha sido planejado com a prévia audiência dos órgãos a que era destinado, a fim de que pudessem dizer quais as suas necessidades, antes de se entrar em fase da execução, e, portanto, a tempo de serem atendidas. Ter-se-iam, assim, evitado motivos para alterações que, em obra de tão apurada arte, dificilmente escapam ao perigo de deformar o que brotou harmoniosamente do pensamento criador do artista – estampa o Relatório da Presidência do Senado Federal, ao enumerar as atividades de 1960.

Em colaboração com os senadores da comissão, o consultor Isaac Brown analisou as plantas da obra e propôs alterações nos ambientes destinados à Presidência, Vice-Presidência, Secretaria da Mesa, Secretaria da Presidência, Taquigrafia, Comissões, Tipografia, Biblioteca, Arquivo, Almoxarifado, Diretoria de Ata e Orçamento. Também foi proposto que, diferente do projeto de Niemeyer, os serviços da Câmara e do Senado fossem inteiramente independentes. O único senador da comissão que votou contra essa tese foi o catarinense Francisco Benjamin Galloti Nascimento. Ao final da votação, ele observou: “fui vencido, mas não convencido”.

Inauguração

Três dias antes da inauguração de Brasília, os cerca de 900 jornalistas de emissoras de rádio, televisão, revistas e jornais do País e do exterior credenciados para a festa de transferência da Capital Federal queriam conhecer as dependências do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional. Os poucos autorizados à visita tiveram que retirar seus sapatos. Devido aos canteiros de obras espalhados, o chão da cidade era coberto por um tapete de barro vermelho. Os visitantes, inclusive alguns senadores, que quiseram olhar antecipadamente seu novo local de trabalho, entraram de meias para não sujar o piso na véspera da posse.

No dia da inauguração, apenas o bloco referente ao Plenário havia sido entregue. E mesmo assim, ainda com obras em execução e sem equipamentos funcionando regularmente, como o sistema de som, as campainhas, os telefones e o ar-condicionado. A mudança do Senado para sua nova sede foi um teste de resistência física e uma batalha contra o tempo. Ela se deu em dez dias. Uma comissão de servidores foi constituída para planejar e organizar a transferência. Eles prepararam, inclusive, um minucioso relatório com os nomes dos funcionários que



Arquivo Público do Distrito Federal



Inauguração de Brasília





tinham condições de se mudar para Brasília, o número de dependentes, com suas respectivas idades e até as necessidades escolares. Também foi levantado o mobiliário e os equipamentos dos gabinetes e demais dependências da Casa, dos senadores e servidores. O setor de transportes, até outubro de 1960, emitiu 1.590 passagens para Brasília, sendo 241 adquiridas de empresas de ônibus e 1.349 de avião.

Ao Setor de Habitação foi repassada a tarefa de obter apartamentos em número suficiente e condições compatíveis com as necessidades dos senadores e servidores do Senado. Somente com a interferência do primeiro-secretário, senador Cunha Mello, é que foram conseguidas 250 unidades habitacionais para os funcionários e 63 para os senadores. Porém, esse número foi insuficiente. Além do mais, o Grupo de Trabalho de Brasília (GTB), ligado ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), havia prometido entregar mobiliadas as residências dos senadores em troca do pagamento de uma taxa de uso. No dia 21 de abril de 1960, nenhum destes apartamentos estava totalmente mobiliado. Houve atraso, inclusive, na entrega das moradias. Somente no final daquele ano é que a situação pôde ser considerada satisfatória no que diz respeito a esse problema.

Quando Brasília foi inaugurada, as obras do edifício anexo do Senado registravam grande atraso. Os serviços administrativos que lá seriam acomodados tiveram que ser abrigados provisoriamente em outras dependências. Somente em setembro é que alguns andares começaram a ser liberados. A demora na conclusão das obras dificultou e, em alguns casos, impossibilitou a transferência para a nova Capital de equipamentos, serviços e servidores, que continuaram no Rio de Janeiro. A Biblioteca, por exemplo, somente no final de agosto teve o seu acervo instalado nas novas dependências.

O atraso das obras não foi o único problema registrado. Senadores reclamaram que a nova sede do Parlamento não era funcional. O arquiteto Oscar Niemeyer foi convocado para ouvir as reivindicações dos parlamentares e apresentar soluções. As reclamações iam desde o fato de os salões - todos imensos, belos e imponentes - não disporem de assentos para os visitantes até o tamanho dos gabinetes que, além de pequenos, possuíam janelas abaixo do nível da rua. Os parlamentares se recusaram a ocupar as salas dos anexos em virtude da frequente falta de energia elétrica. Com os elevadores parados, eles teriam que descer até 20 andares para chegarem ao térreo. Os tapetes dos corredores e salas do Senado foram retirados. Por conterem uma camada de espuma

separando-os do piso, eles ficaram macios demais e estavam incomodando aos mais velhos e aos que possuíam problemas de coluna.

O *Correio da Manhã* cobriu a mudança do Senado para Brasília. No dia 20 de abril de 1960, o jornal noticiou que deputados e senadores encontraram seus apartamentos sujos e inabitáveis, sem mobília e também os prédios sem elevadores, água ou energia elétrica. Alguns parlamentares resolveram dividir provisoriamente entre eles os apartamentos em melhores condições. No dia 11 de maio, o jornal estampou a manchete: “*Deputado tomou ‘no peito’ o apartamento*”. Foi o segundo suplente da bancada do PTB do Rio de Janeiro, Jonas Bahiense, o protagonista dessa história.

- Convocado para o exercício do mandato ainda na antiga Capital, obteve um apartamento em Brasília como os demais deputados, trazendo também sua família. Até aí tudo muito bem. No entanto, depois de instalado, alegando que a esposa não gostara da nova residência e preferira um apartamento vizinho (situado na quadra 108, Bloco 10, nº 504 pertencente ao IPASE), invadiu-o. O inquilino desse apartamento é o funcionário Carlos Tavares Lira, diretor de Orçamentos da Câmara, que já assinou o termo de responsabilidade pela moradia de que está sendo esbulhado. O servidor, acompanhado de sua família, deverá chegar ainda essa semana a Brasília e, até agora, apesar de ser do conhecimento geral o fato, a Mesa da Câmara não tomou qualquer providência quanto à invasão do domicílio – noticiou o *Correio da Manhã*.

Já a revista *O Cruzeiro* noticiou que o deputado Ozires Pontes, representante do Ceará, ao encontrar o seu apartamento sem a mobília que lhe havia sido prometida, desceu até a rua com um revólver, parou um caminhão que transportava uma mudança e ‘requisitou’ os móveis que estavam sendo levados para o apartamento do deputado paraense Océlio Medeiros. A revista *Veja* contou que algumas pessoas, desacostumadas com a novidade, se chocaram com as paredes envidraçadas. Um segurança teria barrado a entrada de um homem de meia idade, meio calvo, alegando que ele não se vestia adequadamente, por trajar um blusão em vez de paletó. Foi preciso alguém identificar o visitante. Só assim Oscar Niemeyer teve sua entrada liberada. A notícia é da edição especial da revista *Veja* publicada em novembro de 2009.

Dois dias antes da inauguração de Brasília, a movimentação por toda a cidade era intensa. Enquanto alguns operários prosseguiam no trabalho de conclusão das obras com cronograma atrasado, outros providenciavam a limpeza do que já estava pronto. As pessoas

que chegavam para a inauguração da cidade procuravam hospedagem. A poeira era a responsável por causar anticlímox em quem a visitava: A poeira, e a lama, quando chovia. As cúpulas da Câmara e do Senado estavam avermelhadas, cor de barro, ao invés de estamparem o branco projetado. As escadarias de mármore tiveram que ser raspadas e lavadas para tirar o encardido.



E João Goulart prossegue o seu discurso, interrompido constantemente por palmas prolongadas, até finalizá-lo da seguinte forma:

- A marcha para o Oeste, uma das grandes diretrizes traçadas pelo gênio imortal de Getúlio Vargas, sonhada pelos Inconfidentes, planejada por tantos estadistas, a tese de tantos sociólogos, hoje – mercê de Deus – se faz realidade pela ação patriótica do Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o grande construtor desta majestosa Capital, plantada no coração geográfico da nossa pátria. Senhores Congressistas, declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional na cidade de Brasília, Capital dos Estados Unidos do Brasil – encerra João Goulart, antes de passar a palavra para que Filinto Müller se pronuncie em nome do Senado Federal.

Filinto Müller destaca a colaboração que o Congresso Nacional deu à concretização do sonho de transferir para o Planalto Central a Capital do País, obedecendo ao preceito que figurava na Constituição brasileira desde 1891. Ele também enaltece o papel da população de todo o País, que se solidarizou com a iniciativa e lutou para que fosse bem sucedida. O Senador opina que de nada valeria o Brasil fortalecer sua economia e crescer como Nação se não alcançasse a meta de promover a integração dos seis milhões de quilômetros quadrados de território que integram a região central e sua população.

- É ainda essa integração, senhor Presidente Juscelino Kubitschek, que torna a obra de Brasília verdadeiramente eterna, verdadeiramente imortal, porque ela vem completar o ciclo de nosso desenvolvimento, da construção da nossa unidade nacional – declara Filinto Müller.

Instalado o Poder Legislativo na nova Capital Federal, João Goulart designa a mesma comissão que

havia acompanhado o Presidente Juscelino até a Mesa para conduzi-lo à rampa do Congresso. É difícil sair. O Salão Negro está ocupado pelo povo, que a todo custo tenta erguer JK nos braços para levá-lo até o automóvel presidencial que o aguarda do lado de fora. Para evitar a “homenagem”, em troca, Juscelino distribui centenas de autógrafos. Só assim consegue deixar o Palácio do Congresso Nacional em direção à Praça dos Três Poderes.

Referências bibliográficas

BEU, Edson. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília : LGE, 2006.

BRASIL. Senado. *Relatório da Presidência*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1960.

BRASÍLIA...EM 300 QUESTÕES. Brasília :Dédalo, 2001.

DEPUTADO TOMOU “NO PEITO” O APARTAMENTO. *Correio da Manhã*, 11 maio 1960.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque construí Brasília*. Rio de Janeiro : Bloch, 1975.

LOPES, Luis Carlos. *Brasília: o enigma da esfinge: a construção e os bastidores do poder*. Porto Alegre: Ed. Universidade; São Leopoldo, Unisinos, 1996. p. 190, 197, 204.

MIRANDA, Yvonne R. de. *Memórias de uma repórter política*. Rio de Janeiro : Nórdica, 1996.

MUDANÇA LEMBRA PIQUENIQUE ONDE NOME FEIO E BALBÚRDIA SÃO COMUNS. *Correio da Manhã*, 20 abr. 1960.

OS CONSTANTES CORTES DE ENERGIA ELÉTRICA NAS OBRAS DO CONGRESSO VÊM OCASIONANDO SENSÍVEL ATRASO AO SEU ANDAMENTO. *Diário Carioca de Brasília*, 11 nov. 1959.

PRANCHA DESPENCOU O EDIFÍCIO DO CONGRESSO. *Diário Carioca de Brasília*, 23 set. 1959, p. 12.

RIBEIRO, Gustavo Sérgio Lins. *O capital da esperança*. Brasília : Edunb, 2008.

UM ACIDENTE RETARDOU A CONCLUSÃO DO ANEXO DO CONGRESSO. *Última Hora*, 28 abr. 1960.

DISCURSO PROFERIDO POR JOÃO GOULART, VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL, NA SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO EM BRASÍLIA

- “Senhor Presidente da República,
Eminência Reverendíssima Cardeal Manuel
Gonçalves Cerejeira,
Senhores Embaixadores em missão especial,
Senhores Ministros,

Senhores congressistas.

E com emoção que declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional em Brasília, a nova capital da República.

E com esta simples declaração, senhores senadores e senhores deputados, bem que poderíamos considerar, com o realce da síntese, num momento em que a eloquência está nos fatos e não nas palavras, cumprida a nossa missão, não fôra o imperativo de fixarmos, embora em poucos tópicos, o nosso testemunho de justiça e aprêço, que, sobretudo nesta Casa, pelo valor e responsabilidade de suas opiniões, especialmente neste ato, não devem faltar.

tão assinalados serviços ao Brasil, nunca regateou os aplausos de sua identificação com o imperativo da interiorização da Capital, para a conquista dos imensos vazios do território pátrio.

Justiça e aprêço, essencialmente, ao Povo Brasileiro, que, conduzido pelas inspirações do seu poder divinatório, soube, com estoicismo, suportar quantos sacrifícios lhe foram exigidos, a fim de que esta obra, que representará marco decisivo para a integração econômica brasileira, fôsse possível no tempo necessário.

Justiça e aprêço, porém, antes de todos, por um dever elementar que aqui se situa fora de quaisquer considerações político-partidárias e sejam quais forem as reservas pessoais dos diferentes matizes de opinião, àquele que foi nesta batalha tremenda, o idealizador e o artífice, o condutor audacioso e mesmo temerário, o permanente animador, o inexcedível distribuidor de fé, o primeiro responsável, em suma, pelo que estamos presenciando, com a categoria histórica que seria insanidade pretender recusar-lhe de “Criador de Brasília”, ao Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.



Acervo Arquivo do Senado



Arquivo Público do Distrito Federal

Justiça e aprêço ao Congresso Nacional, que cumprindo todos os seus deveres institucionais, mesmo no calor e no entreccho dos debates que constituem a beleza e a razão de ser de sua vida, não se poupou, em horas incontáveis de exaustiva atuação, para elaborar os instrumentos legais que lhe permitem, hoje, reforçado o mérito de sua decisão pelas dificuldades transitórias a que se submetem os seus integrantes e suas famílias nesta fase de adaptação e transferência, dar cumprimento à própria deliberação de efetivar a mudança na data fixada pela lei.

Justiça e aprêço aos responsáveis pela execução, em tão curto espaço de tempo, de obra tão complexa e monumental, desde aqueles que, arquitetonicamente, a conceberam ou lhe dirigiram a construção, até aos anônimos e já hoje “lendários candangos”, símbolo da pertinácia, do devotamento, da capacidade de ação, do trabalhador brasileiro, peça fundamental no destino deste grande país.

Justiça e aprêço aos que se mostraram capazes de sofrer as conseqüências do pioneirismo, aos que souberam compreender, aos que acreditaram, aos que tiveram aquela fé que remove montanhas, e mesmo aos que tiveram a grandeza de saber transigir, ou àqueles que fizeram de sua incredulidade um fator de estímulo aos responsáveis pelo cometimento.

Justiça e aprêço, de modo particular, à cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, ao bravo povo carioca que, depois de tantos

E em meio a êsses testemunhos de justiça e aprêço, que fiquem, também, aqui expressos os compromissos de todos nós – senhores Senadores e senhores Deputados – de fazer com que Brasília seja não apenas a bela e moderna capital de que tanto nos envaidecemos, mas o instrumento principal de uma nova etapa, ainda mais dinâmica, da vida republicana, no embate sem quartel contra as injustiças sociais, contra o pauperismo, contra as distorções do subdesenvolvimento, abrindo para todos os brasileiros, num Brasil que emerge rapidamente para o primeiro plano da convivência internacional, as perspectivas de um futuro de valorização do seu papel humano, em um mundo de que desejamos de paz entre as nações.

A marcha para o Oeste, uma das grandes diretrizes traçadas pelo gênio imortal de Getúlio Vargas, sonhada pelos Inconfidentes, planejada por tantos estadistas, a tese de tantos sociólogos, hoje – mercê de Deus – se faz realidade pela ação patriótica do Senhor Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o grande construtor desta majestosa capital, plantada no coração geográfico da nossa pátria.

Senhores Congressistas, declaro instalados os trabalhos do Congresso Nacional na cidade de Brasília, capital dos Estados Unidos do Brasil.”

DISCURSO PROFERIDO POR FILINTO MÜLLER, VICE-PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, NA SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO EM BRASÍLIA

Excelentíssimo Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira; Eminentíssimo Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira; Legado de Sua Santidade o Papa João XXIII, Gloriosamente Reinante; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Eminentíssimos Cardeais do Brasil; Excelentíssimos Senhores Embaixadores Especiais; Excelentíssimos Senhores Governadores de Estado; Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado; Altas Autoridades; Senhores Congressistas, cabe-me a grande honra de ocupar esta Alta Tribuna para manifestar o intenso júbilo do Senado da República ao se instalar aqui, em pleno coração da Pátria, no antes deserto Planalto Central, a Nova Capital do Brasil, ou, para as nossas esperanças, a capital de um Brasil Novo.

Para a concretização do sonho mais que secular dos nossos estadistas, é bom acentuar, não faltaram em nenhum momento a compreensão e a colaboração do Congresso Nacional.

Ao assumir o Governo da República, entendeu Vossa Excelência, Senhor Presidente Juscelino Kubitschek – e entendeu acertadamente – dar imediato e cabal cumprimento ao preceito que figurava no texto da nossa Lei Maior desde 1891, segundo o qual deveria ser mudada para o Planalto Central a Capital do Brasil.

Ao ensaiar os primeiros passos para cumprir o imperativo constitucional, contou Vossa Excelência com ampla e entusiástica cooperação dos líderes das bancadas que o apoiavam e o apóiam no Congresso. E não só essas bancadas, mas a quase totalidade dos representantes do povo brasileiro no Parlamento Nacional se empenhou pela grande idéia, não regateando sua colaboração no sentido de armar o Poder Executivo de leis e recursos necessários à execução da obra gigantesca.

Sabia Vossa Excelência e sabíamos todos nós que a iniciativa exigiria um esforço imenso e imensos sacrifícios de toda ordem, mas Vossa Excelência enfrentou o problema com “audácia, energia e confiança”.

Nessa emergência, tão decisiva para os nossos destinos, não faltaram a Vossa Excelência, repito, compreensão, entusiasmo e ação decisiva do Congresso.

Também o povo brasileiro de Norte a Sul do País, através de todas as suas classes, se solidarizou com a magna iniciativa.

Todo o Brasil compreendeu o significado de Brasília. Todo o Brasil lutou por ela. Todo o Brasil pôs naquele sonho as suas esperanças.

Mas o Brasil compreendeu o significado exato de Brasília, porque vinha compreendendo e sentindo que uma nova era de progresso material começava a surgir para os nossos destinos. Era preciso marcar essa nova era com uma realização grandiosa e definitiva de sentido profundamente humano. É Brasília teve e tem esse sentido.

De fato, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, de nada valeria imprimir ao nosso País o ritmo de desenvolvimento que vem caracterizando nossa vida nestes últimos quatro anos e que já nos transformou de Nação subdesenvolvida em Nação economicamente forte; de nada valeriam os sacrifícios pedidos a todo o povo brasileiro; de nada valeriam as preocupações, as angústias, as incertezas e as esperanças dos que assumiram a responsabilidade de levar avante essa obra notável de recuperação nacional; de nada valeria tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, porque tudo seria incompleto, se não tivéssemos a coroar esse gigantesco esforço, a meta profundamente humana de promover a integração na vida nacional de seis milhões de quilômetros quadrados (de território) que constituem o “grande vazio” da região central do País e, sobretudo, da população abandonada, esquecida, mas de indomável bravura e de inexcedível coragem, que “teimosamente”, a habita e a guarda com imenso amor pelo Brasil.

É essa integração, Senhores, que dá a Brasília o sentido generoso e humano que foi compreendido por todo o Brasil, que emocionou o Brasil, que mobilizou o Brasil para a grande realização!

É ainda essa integração, Senhor Presidente Juscelino Kubitschek que torna a obra de Brasília, verdadeiramente eterna, verdadeiramente imortal, porque ela vem completar o ciclo de nosso desenvolvimento, da construção da nossa unidade nacional.

Em poucos anos de trabalho, mas de trabalho incessante e exaustivo, de sacrifícios imensos, completa-se a obra da nossa integração que tem como marcos principais a civilização litorânea que tão grandes e tão assinalados serviços prestou à causa da unidade nacional; o bandeirismo dos Fernão Dias Paes, dos Raposo Tavares, dos Bartolomeu Dias, dos Pascoal Moreira Cabral, que ignorando

Tordesilhas vararam nossos sertões, dilataram as lindes da Pátria, abrindo caminho à ação dos Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, dos Ricardo Franco, dos Manoel Lôbo, dos Francisco Dias Velho que semearam fortins e núcleos de civilização nas nossas extremas; e agora Brasília, de onde partirá o impulso recuperador que há de suprimir desigualdades e levar o progresso aonde só havia abandono.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas:

Não vou elogiar o governante, ou o Governo que realizou esta obra grandiosa, porque as palavras de elogio, por mais altissonantes e rebuscadas que fôssem, não corresponderiam à importância, à magnitude da realização.

Limito-me a registrar nos nossos Anais aspectos e fatos que hoje nossa geração testemunha e que atestarão no futuro, para os que vierem depois de nós, toda a audácia, toda a energia, toda a confiança, que no dizer de Malraux, constituíram as virtudes fundamentais que animaram a construção da Nova Capital do Brasil.



Arquivo do Senado

Os fatos, e não simples palavras comporão na sua objetividade e com sua indestrutível presença o justo elogio dos que, vencendo tôdas as dificuldades e incompreensões plantaram neste planalto central a semente de uma nova civilização e afirmaram, ao mesmo tempo, a maturidade do Brasil no concôrto das Nações.

Senhor Presidente:

São dignas de admiração e até de inveja, afirmou Oswald Spengler as gerações que hajam tido a felicidade de testemunhar e de viver os grandes eventos que marcam as mudanças no ciclo da História.

Seriam assim, na concepção do grande filósofo dignos de inveja os homens que testemunharam ou que sofreram o martírio dos primeiros cristãos, porque participaram do surgimento de uma nova sociedade humana, alicerçada nas regras da moral de Cristo.

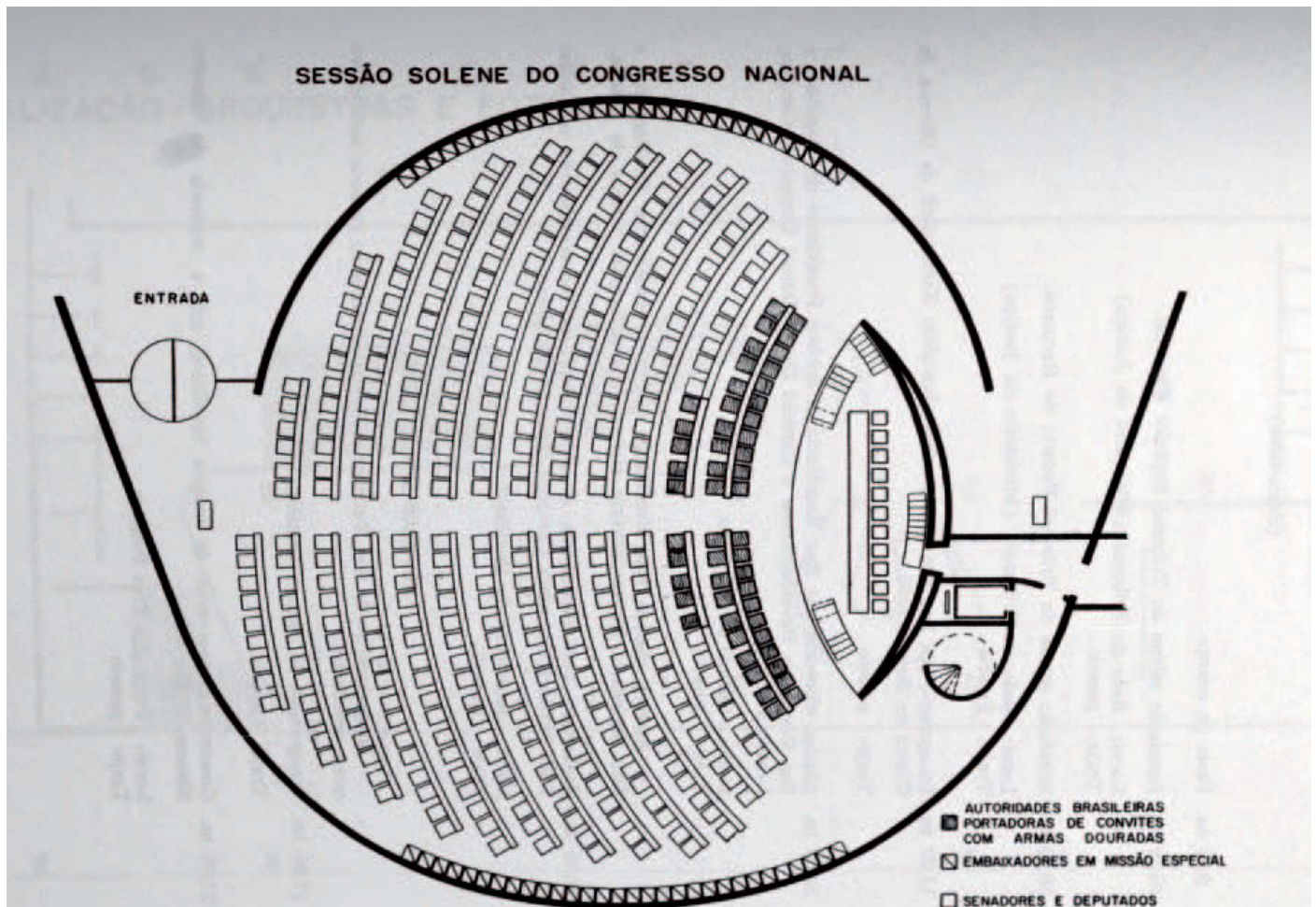
Dignos de admiração e de inveja seriam ainda os homens que viram entre incrédulos e estarecidos o aparecimento da esquadra turca "Corno de Ouro" e presenciaram a derrocada de uma civilização, ao tombar a inexpugnável Constantinopla sob o poderio dos Exércitos de Mahomet II.

Da mesma forma, seriam dignas de inveja as gerações que viveram as convulsões que sacudiram a França e toda a Europa deste 1789 até o fim da maravilhosa época do Grande Corso. E dignas de admiração e de inveja serão no futuro, a admitir-se a conceituação de Spengler, as gerações que neste século sofreram as angústias de duas grandes guerras mundiais entremeadas por uma sangrenta e profunda revolução social que ainda não

parou, que assistiram ao formidável progresso da aviação, da telecomunicação e ao domínio da energia nuclear pelo homem, que vibraram de emoção em face o lançamento de satélites; que estão cooperando na construção de uma nova sociedade mais justa e, por isso mesmo, mais humana orientada pela verdades da "Rerum Novarum" e da "Quadrágésimo Ano". Dignos de inveja e felizes os que em meio a tantos sofrimentos, podem "sentir" que são testemunhas e também atores do grande drama da evolução universal.

Senhor Presidente!

Ao meditar sôbre estes aspectos quase sempre trágicos da evolução da Humanidade o nosso pensamento é levado a considerar o que ocorre atualmente entre nós. Vemos aqui um povo imbuído de um ideal, animado por uma mística, confiante na sua própria capacidade realizadora, que se lança coeso e íntegro e audaz à conquista da própria independência econômica e à complementação da sua unidade nacional. Vitoriosos felizes, então, podemos considerar-nos, nós brasileiros, porque sem massacres, sem sangue derramado, sem perturbações de ordem social, sem destruições, sem violência, sem ódios mas com sacrifício consciente de comodidades, mas com ardor patriótico e inabalável confiança no futuro, mas com trabalho incessante, mas com audácia, energia e coragem, aceitamos o repto da História de que nos fala Toynbee e estamos construindo nestas paragens outrora desertas, abandonadas e esquecidas a Nova Civilização que o Santo sonhou, e que há de concorrer para que o Brasil seja cada vez maior e cada vez mais felizes os brasileiros.



Primeira sessão do Senado

Diferente do que estava previsto na programação oficial, no dia 21 de abril, só houve a instalação do Congresso Nacional em Brasília. As sessões previstas da Câmara e do Senado para o início dos trabalhos do Legislativo na nova Capital ficaram para depois. O argumento oficial foi que o Plenário do Senado ainda não estava concluído.

Não foi isso que publicou o *Correio da Manhã* de 22 de abril de 1960: “Golpe político tirou do programa reunião ordinária do Legislativo”, noticiou o jornal. Os enviados especiais Bernardino de Carvalho e Fábio Mendes escreveram que a decisão foi motivada pelo fato de que senadores de oposição estariam propensos a propor questões de ordem relacionadas com as péssimas acomodações reservadas aos parlamentares.

A dupla de repórteres testemunhou que os dirigentes das duas Casas, Ranieri Mazzilli e Filinto Müller, conversaram várias vezes na manhã do dia 21. Trajando fraque, cartola e colete preto, eles discutiram várias vezes supostamente sobre o adiamento das sessões.

Porém, no dia seguinte, o Senado realizou sua primeira sessão na nova Capital. Às 10h30, Filinto Müller abriu os trabalhos. Diversos senadores ocuparam a tribuna para registrar o momento histórico que foi a inauguração de Brasília. Se realmente senadores ameaçaram criticar as condições dos apartamentos, desistiram. O tom da reunião foi de euforia e festa.

Nessa sessão foi protocolado o primeiro projeto apresentado na nova Capital. A proposta do senador Atilio Vivacqua, o PLS 20/60, pretendia instituir a cooperação entre a União, as unidades federativas, os municípios, autarquias e entidades particulares para resolver problemas urbanísticos e habitacionais. Com esse objetivos a proposição criava o Fundo de Habitação e o Conselho Nacional de Urbanismo e Habitação. O projeto tramitou até o dia 06 de maio de 1964 quando, rejeitado, foi enviado ao arquivo.

A decisão mais importante tomada na primeira reunião do Senado em Brasília foi interromper o funcionamento da Casa por algumas semanas, para que pudesse haver a conclusão das obras e da mudança. O Presidente Juscelino Kubitschek não gostou da interrupção dos trabalhos, pois significava a confirmação das críticas desferidas pela oposição de que Brasília ainda não oferecia plenas condições para o funcionamento do Congresso e sequer dispunha de habitações decentes para os parlamentares.

O líder da oposição, senador João Vilasboas, não compareceu à inauguração da nova Capital e garantiu que somente viajaria para Brasília quando o apartamento que lhe fora disponibilizado estivesse em condições de ser habitado: com elevador, água, luz, gás e móveis. Vilasboas ameaçou, inclusive, não retornar do recesso no dia 1º de junho, caso não se resolvessem as questões de habitabilidade. Havia sido decidido que os senadores passariam todo o mês de maio em recesso. Porém, a Comissão Diretora determinou a reabertura da Casa no dia 10 de maio, 20 dias antes do prazo previsto para o reinício das atividades normais.

Fonte:

CARVALHO, Bernardino de; MENDES, Fábio. Golpe político tirou do programa reunião ordinária do legislativo. *Correio da Manhã*, 22 abr. 1960.